



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: 0018076-09.2012.8.26.0566
 Classe - Assunto Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação
 Requerente: Roseli de Fatima Nery
 Requerido: Bv Leasing Arrendamento Mercantil Sa
 Justiça Gratuita
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). Alex Ricardo dos Santos Tavares

Vistos.

A autora Roseli e Fátima Nery propôs a presente ação contra a ré BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A, pedindo: a) manutenção da posse do bem; b) declaradas nulas as cláusulas que determinam o pagamento das taxas de serviços incluídas na cláusula 8 e da cláusula 11 no que se refere à comissão de permanência; c) restituição em dobro das tarifas: c1. Serviços de terceiros; c2. Tarifa de cadastro; c3 registro de contrato; c4. Tributos por parcela (não financiado): cobrança da despesa com a emissão do boleto.

A ré, em contestação de folhas 158/180, pede a improcedência do pedido, ante a legalidade das taxas cobradas. Apresentou, ainda, na contestação pedido reconventional, sendo assim formulado às folhas 175: "caso a ré seja condenada ao pagamento de eventual condenação, requer seja autorizada a compensação dos valores que a BV deverá pagar ao autor com as parcelas vencidas e não pagas pelo autor.

A autora não se manifestou em réplica, conforme certidão de folhas 206.

Em apenso, o processo 7701-2012.2013, proposto pela empresa ré BV Leasing S/A contra a autora Roseli de Fátima Néri, pedindo a reintegração de posse do veículo objeto do contrato discutido nos autos. O veículo foi apreendido às folhas 23. A autora Roseli apresentou contestação de folhas 26/30, pedindo a improcedência do pedido, ante a abusividade da cláusulas contratuais. Réplica da ré BV S/A às folhas 43/66. Referido processo teve o curso suspenso para julgamento conjunto com o presente.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento conjunto dos processos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O contrato de arrendamento mercantil financeiro firmado entre as partes está juntado às folhas 13, datado de 04 de setembro de 2009.

A cobrança de **tarifa por serviços de terceiros** é abusiva, pois não decorre de *serviços* prestados ao consumidor e tem como objetivo exclusivo a redução dos custos das financeiras. Nesse sentido: "Arrendamento mercantil. Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. repetição de indébito. Sentença Ultra Petita. Ocorrência. Teoria da causa madura. Aplicabilidade. Questão meramente de direito e fartamente documentada nos autos. Incidência do artigo 515, § 3º, do Código de Processo Civil de 1973. Cobrança de IOF. Abusividade não reconhecida. Ressarcimento da "tarifa inominada" e da **taxa de serviços de terceiros**. Despesas inerentes à atividade empresarial, motivo pelo qual não se mostra razoável o repasse desses custos ao arrendatário. Repetição do indébito, mas não em dobro. Recurso parcialmente provido. (Relator(a): Cesar Lacerda; Comarca: Taquaritinga; Órgão julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 26/07/2016; **Data de registro: 28/07/2016**)".

Nos contratos bancários posteriores ao início da vigência da Resolução-CMN nº 3.518/2007, em 30.04.2008, pode ser cobrada a **tarifa de cadastro** no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira (súmula 566, do STJ). Nesse sentido: "ARRENDAMENTO MERCANTIL – AÇÃO REVISIONAL – JUROS REMUNERATÓRIOS E CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - Abusividade – Inocorrência - TARIFAS BANCÁRIAS - Contrato celebrado em 07/04/2009 - **TARIFA DE CADASTRO** - Legalidade - TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ - Ausência de prova da exigibilidade - AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE - Manutenção da Sentença. PRELIMINARES REJEITADAS - RECURSO DESPROVIDO. (Relator(a): Antonio Nascimento; Comarca: Embu das Artes; Órgão julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 28/07/2016; **Data de registro: 28/07/2016**)".

A cobrança a título *de registro de contrato* não pode ser repassada ao arrendatário. Verba não prevista na Tabela I da Circular BACEN n. 3.371/2007, que instituiu a tabela padronizada *de serviços prioritários*, em complemento à Resolução CMN/BACEN n. 3.518/2007. Nesse sentido: "ARRENDAMENTO MERCANTIL –


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

revisional - LEGALIDADE DA COBRANÇA DE TARIFAS DE CADASTRO E DE AVALIAÇÃO – ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE TARIFAS DE **REGISTRO DE CONTRATO** E SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS – VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS QUE DEVEM SER DEVOLVIDOS DE FORMA SIMPLES E COM OS JUROS QUE TENHAM EVENTUALMENTE INCIDIDO SOBRE ELES - sentença parcialmente reformada – recurso parcialmente provido.(Relator(a): Cesar Luiz de Almeida; Comarca: Jaboticabal; Órgão julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 26/07/2016; **Data de registro: 27/07/2016**)".

Abusiva a cobrança de **tributos por parcela**, porque não especificados. Nesse sentido: "Apelação cível. Arrendamento mercantil. Revisional. Tarifas bancárias. 'Cadastro' – admissibilidade. Inteligência da Resolução n. 3.518/2007 e Circular n. 3.371 do Banco Central. Precedente do c. Superior Tribunal de Justiça – artigo 543-C do CPC (artigo 1036 do NCPC). 'Seguros' – ilegalidade não evidenciada. Benefício da própria parte, não se inferindo nela vantagem indevida ou exagerada em prol da instituição financeira. 'Registro de contrato' e '**tributo por parcela**' – ausência de adequada informação e indevida transferência ao consumidor de custos atrelados a atividade e interesses do agente financeiro. Cobrança em desalinho com as regras de proteção ao consumidor – artigo 51, inciso IV, da Lei n. 8.078/1990. Repetição simples. Engano injustificável não caracterizado. Exegese do artigo 42, parágrafo único, parte final, do Código de Defesa do Consumidor. Sentença reformada. Recurso parcialmente provido.(Relator(a): Tercio Pires; Comarca: Franca; Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 14/06/2016; **Data de registro: 17/06/2016**)".

Inadmissível a cobrança **cumulada da comissão de permanência e multa**, nos termos das súmulas 30, 294, 296 e 472 do STJ e os Recursos Especiais nºs 1058114/RS, 1061530/RS e 1063343/RS. Assim, a multa deve ser afastada. Nesse sentido: "Arrendamento mercantil de bem móvel – Ação de revisão de cláusulas contratuais – JUROS PACTUADOS – Inexistência de cobrança além dos limites legais, posto que a regra do art. 192, § 3º, da Carta federal, não é auto-aplicável, consoante a EC nº 40/2003, a Súmula Vinculante nº 07 do STF e a Súmula nº 648 do STF – Ausência de ilegalidade no tocante aos juros contratados – Inaplicabilidade da Lei de Usura às instituições financeiras


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

– Constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001 reconhecida pelo Pleno do STF no RE 592.377, julgado em 04.02.2015, com repercussão geral – Recurso improvido .ARRENDAMENTO MERCANTIL DE BEM MÓVEL – TARIFAS DE CADASTRO (TC) E DE SERVIÇOS – Ausência de vedação legal – Regularidade das cobranças, eis que o Colendo STJ, em sede de Recurso Repetitivo, só considerou ilegais as tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), nos contratos firmado após 30.04.2008, valores que não foram cobrados no presente caso. ARRENDAMENTO MERCANTIL DE BEM MÓVEL – **COMISSÃO DE PERMANÊNCIA** - Admissibilidade, desde que não cumulada com juros remuneratórios, moratórios ou **multa contratual** – A comissão de permanência tem por função a remuneração do credor pelo descumprimento da obrigação, assim como a de coibir o devedor a não incidir ou permanecer em mora – De naturezas idênticas, impossível a dupla incidência pelo mesmo fato, o descumprimento contratual – Aplicação das Súmulas 30, 294 e 296 do Egrégio STJ – Ausência de cobrança – Inexistência de previsão contratual para cobrança de comissão de permanência. (Relator(a): Carlos Nunes; Comarca: Cabreúva; Órgão julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/07/2016; Data de registro: **05/07/2016**)".

A **devolução do valor cobrado**, referente às cláusulas declaradas abusivas/ilegais, deve ser realizadas de forma singela, porque ausente má-fé na cobrança. Nesse sentido: "ARRENDAMENTO MERCANTIL – BEM MÓVEL – REVISIONAL – PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM – RESTITUIÇÃO DO VRG QUE DEVE OBSERVAR A FÓRMULA ESTABELECIDADA NO RESP Nº 1.099.212, SOLVIDO NOS MOLDES DO ART. 543-C, DO CPC E SÚMULA 564 DO STJ – VALOR A SER APURADO NA FASE DE LIQUIDAÇÃO – DEVOLUÇÃO DE TARIFAS – QUESTÃO RESOLVIDA NO RESP Nº 1.255.573/RS E RESP Nº 1.251.331/RS, SOLVIDOS NOS MOLDES DO ART. 543-C, DO CPC, BEM COMO OBJETO DA SÚMULA 566 DO STJ – POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE TARIFA DE CADASTRO – DEMAIS TARIFAS – COTEJO COM REGULAMENTAÇÃO DO SETOR – MANTIDA DEVOLUÇÃO DE "RESSARCIMENTO COM SERVIÇOS DE TERCEIROS" DE **FORMA SIMPLES** – "REGISTRO DE CONTRATO" NÃO COBRADO – RECURSO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PARCIALMENTE PROVIDO. (Relator(a): Francisco Casconi; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 26/07/2016; **Data de registro: 28/07/2016**)".

Em consequência, a ação de reintegração de posse é improcedente, porque se verificou excesso de cobrança, sendo o contrato de arrendamento mercantil, em parte, abusivo.

Vendido o veículo, conforme informado nos autos, deve a ré devolver o preço equivalente, segundo Tabela FIPE, com juros e correção monetária, desde a data do cumprimento da liminar, ficando autorizada a compensação com o total de contraprestações não pagas até a data também do cumprimento da liminar. Nesse particular, portanto, procedente, em parte, o pedido reconvenicional.

Diante do exposto, resolvo o mérito, nos termos do artigo 487, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) acolher, em parte, o pedido contido no processo 18076-09, mantendo a autora na posse do veículo, até o recalcule da dívida; exclusão da multa de 2%; exclusão das tarifas de serviços de terceiros, registro de contrato e tributos por parcela, sendo os respectivos valores devolvidos de forma simples; a1) Condene a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor da causa, considerando o trabalho realizado nos autos, bem como a duração do processo, com atualização monetária desde a distribuição da ação e juros de mora a contar do trânsito em julgado; a2) acolher, em parte, o pedido reconvenicional, para o fim de determinar à a ré devolver o preço equivalente do veículo vendido, segundo Tabela FIPE, com juros e correção monetária, desde a data do cumprimento da liminar, ficando autorizada a compensação com o total de contraprestações não pagas até a data também do cumprimento da liminar. Ante a sucumbência mínima da autora, porque a ré vendeu o veículo, condene a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, ante inexistência de complexidade do pedido reconvenicional, com atualização monetária desde hoje e juros de mora a contar do trânsito em julgado, b) rejeitar o pedido de reintegração de posse formulado no processo 7701-12.2013; b1) Condene a ré (BV Leasing) no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% sobre o valor da causa, com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

atualização monetária desde a distribuição da ação e juros de mora a contar do trânsito em julgado. P.R.I.C São Carlos, 29 de julho de 2016. DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA